

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: MAPEANDO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA NAS BIBLIOTECAS DIGITAIS BRASILEIRA

Ana Kamile Souza da Silva ¹
Maria Almerinda de Souza Matos ²

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa de Iniciação Científica - IC, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC da Universidade Federal do Amazonas, realizada em 2024/2025, que tem como objetivo mapear a produção científica das Altas Habilidades/ Superdotação nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações e Revistas de Educação Especial Brasileira. Os alunos com Altas Habilidades/ Superdotação são definidos de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), como aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (Brasil, 2008). A metodologia utilizada baseia-se em uma abordagem qualitativa com foco dialético, de acordo com Lukács (2003), essa abordagem, enquanto método de conhecimento, considera a historicidade na análise da realidade, reconhecendo a contradição como um elemento fundamental para a mudança social. A pesquisa foi realizada por meio de Revisão Sistemática em revistas da área da Educação Especial e em bibliotecas digitais brasileiras, com base nos procedimentos metodológicos de Santos, Pimenta e Nobre (2007), que a definem como um método rigoroso e transparente para reunir e analisar evidências sobre determinado tema. Foram encontrados 12 trabalhos nas fontes analisadas, dos quais 6 foram selecionados por estarem de acordo com os descritores e o objetivo da pesquisa. Os resultados evidenciam que embora existam estudos sobre a temática, a sistematização ainda é limitada, especialmente na região Norte do país, o que indica a necessidade de ampliar o conhecimento da área das altas habilidades/ superdotação.

Palavras-chave: Altas Habilidades/ Superdotação, Educação Inclusiva, Produção Científica

INTRODUÇÃO

As altas habilidades/superdotação constituem um fenômeno educacional muito amplo, caracterizado por estudantes com potencial intelectual excepcional, criatividade elevada e habilidades específicas que demandam intervenções pedagógicas diferenciadas para seu pleno desenvolvimento (Freeman, 2006). No contexto brasileiro, esse tema ganha relevância à luz da legislação educacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, kamile.souza@ufam.edu.br;

² Professora orientadora: Professora Titular, Faculdade de Educação - UFAM, profalmerinda@ufam.edu.br.



Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996), que inclui alunos com altas habilidades no rol da educação especial, assegurando atendimento educacional especializado. Políticas públicas, como as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e resoluções do Conselho Nacional de Educação, buscam promover a inclusão desses estudantes, mas enfrentam barreiras estruturais, como a invisibilidade do grupo, falta de recursos e ausência de critérios padronizados para identificação (Pérez, 2014; Freitas, 2014).

Este estudo apresenta uma pesquisa de revisão sistemática, justificada pela necessidade de sistematizar o raso conhecimento sobre políticas públicas e legislação para altas habilidades/superdotação, visando contribuir para a educação inclusiva e reduzir desigualdades no atendimento educacional.

A metodologia envolveu busca sistemática em fontes como BDTD, Portal de Periódicos da CAPES e Revista de Educação Especial da UFSM, utilizando palavras-chave como "altas habilidades" AND "políticas" e "altas habilidades" AND "legislação", com seleção qualitativa de trabalhos relevantes.

Os resultados revelam uma produção emergente, mas fragmentada, com destaque nos desafios de implementação, como ausência de mapeamento e acompanhamento mais firme. As discussões destacam a negligência histórica das altas habilidades em políticas de inclusão, propondo estratégias para fortalecimento da educação especial. Em síntese conclusiva, o trabalho evidencia a urgência de pesquisas aplicadas para aprimorar práticas educacionais, garantindo direitos e potencializando o desenvolvimento de estudantes com altas habilidades/ superdotação.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou a revisão sistemática como método principal, conforme Santos, Pimenta e Nobre (2007), visando reunir, analisar e sintetizar evidências sobre políticas públicas e legislação para altas habilidades/superdotação. Os caminhos metodológicos incluíram etapas de planejamento, busca, seleção, extração e síntese de dados, assegurando rigor e transparência.

As ferramentas empregadas foram bases de dados digitais: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES e Revista de Educação Especial (Periódicos UFSM). As técnicas de pesquisa envolveram busca bibliográfica com operadores booleanos ("altas habilidades" AND "políticas"; "altas habilidades" AND "legislação"), sem restrição temporal, mas priorizando publicações em



português e contextos brasileiros. Os instrumentos para coleta de dados foram formulários de extração, utilizados para registrar metadados (título, autor, ano, instituição) e resumos dos trabalhos selecionados.

Como a pesquisa não envolveu coleta direta de dados com seres humanos, animais ou imagens, não foi necessária aprovação em comissões de ética ou equivalente. Todos os dados foram obtidos de fontes públicas e acessíveis, respeitando direitos autorais e normas éticas de pesquisa científica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa se baseia nas ideias principais sobre altas habilidades/superdotação, que são vistas como um conjunto de qualidades especiais, como inteligência acima da média, criatividade e vontade interna forte de aprender. Segundo Freeman (2006), essas qualidades precisam de ambientes sociais e escolares que ajudem as crianças a crescerem bem, sem desperdiçar seu potencial.

A história do tema no Brasil começa com a Constituição Federal de 1988, que diz que a educação especial é um direito de todos. Depois, veio a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996), que inclui alunos com altas habilidades no grupo da educação especial. Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reforçou a ideia de incluir essas crianças na escola comum, com ajustes especiais, como explicado por Freitas e Pérez (2011).

Essa forma de pensar segue as ideias de pesquisadores brasileiros, como Pérez (2014) e Faveri e Heinzele (2019), que falam sobre como as políticas públicas devem ser "transversais", ou seja, integradas em todas as partes da escola e da sociedade. Eles dizem que, mesmo com leis boas, na prática é difícil aplicar tudo, porque faltam regras claras para descobrir e avaliar esses alunos. Freitas e Pérez (2014) contam a história das políticas no Brasil, mostrando avanços, como programas do governo federal, mas também problemas, como falta de planos para manter e verificar os resultados. Virgolim (2007), inspirada em Freeman, destaca que, em escolas inclusivas, as altas habilidades muitas vezes ficam "escondidas", com mais atenção dada a outros grupos da educação especial, o que cria desigualdades e deixa esses alunos sem ajuda.

Essa trajetória teórica guia o estudo, situando o leitor na construção do artigo: começando por definições simples, passando pela evolução das leis, e chegando a críticas sobre como funciona na prática. Isso fundamenta o mapeamento da produção científica



como uma forma de encontrar pontos positivos e negativos, para melhorar a educação especial e dar chances iguais a todos os alunos, incluindo os com altas habilidades/superdotação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados foi organizada a partir das produções encontradas nas bases consultadas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES e Revista de Educação Especial da UFSM. Os resultados foram sistematizados em categorias analíticas derivadas dos achados empíricos, considerando as produções acadêmicas e as lacunas identificadas sobre o tema das Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) e suas relações com as políticas públicas e legislações brasileiras.

Na BDTD, foram localizados três trabalhos a partir das palavras-chave “altas habilidades” AND “legislação”. Dentre eles, foi selecionada uma dissertação intitulada “*Políticas educacionais para estudantes com altas habilidades/superdotação: um estudo sobre a transversalidade*”, desenvolvida em 2018 na Universidade Federal do Paraná (UFPR). O estudo analisa como as políticas educacionais brasileiras abordam o público com AH/SD, com foco na transversalidade como princípio norteador, discutindo as dificuldades de implementação prática das diretrizes e propondo ações integradas para o atendimento desses estudantes.

Tabela 1 – Produção identificada na BDTD

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
Políticas educacionais para estudantes com altas habilidades/superdotação: um estudo sobre a transversalidade	2018	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Analisa as políticas públicas sob a ótica da transversalidade e as dificuldades na execução das diretrizes.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.



No Portal de Periódicos da CAPES, foram encontrados sete artigos relacionados às combinações das palavras-chave “altas habilidades” AND “políticas” e “altas habilidades” AND “legislação”. Desses, quatro foram selecionados por sua relevância para o objetivo do estudo: compreender a produção científica e as políticas públicas voltadas às AH/SD no Brasil.

Tabela 2 – Artigo selecionados no Portal CAPES

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
Políticas Educacionais de Inclusão de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação na Educação Básica	2008	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Apresenta políticas de inclusão e discute desafios na efetivação das diretrizes.
Altas habilidades/superdotação no contexto das políticas nacionais de educação especial (1994 e 2008): pontos e contrapontos	2011	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Analisa a evolução das políticas nacionais e as lacunas na implementação.
Políticas educacionais para estudantes com altas habilidades/superdotação: um estudo sobre a transversalidade	2018	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Discute a integração das políticas e a necessidade de ações articuladas.
Histórico de políticas públicas de altas habilidades/superdotação (AH/SD) no Brasil	2022	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Apresenta um panorama histórico e destaca a descontinuidade das ações

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.



Esses artigos evidenciam uma trajetória de avanços legais e teóricos, mas também revelam a distância entre as políticas formuladas e a realidade das escolas, indicando a persistência de entraves para o atendimento efetivo dos estudantes com AH/SD. Na Revista de Educação Especial da UFSM, foram encontrados dois artigos com as mesmas combinações de palavras-chave. Após leitura e análise, o artigo *“Políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso”*, publicado em 2014 pela própria UFSM, foi selecionado por sua relação direta com os objetivos da pesquisa.

Tabela 3 – Produção identificada na BDTD

TÍTULO	ANO	INSTITUIÇÃO	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
Políticas públicas para as Altas Habilidades/Superdotação: incluir ainda é preciso	2014	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Destaca falhas na identificação de alunos com AH/SD e a ausência de estratégias eficazes de acompanhamento.

Fonte: Elaborada pela autora, 2025.

O artigo evidencia que a ausência de critérios claros para a identificação dos alunos e a falta de estratégias consistentes de acompanhamento impactam diretamente a eficácia das políticas públicas de inclusão.

De modo geral, os resultados mostram que, apesar da existência de pesquisas sobre o tema, a organização e a sistematização do conhecimento ainda são limitadas, dificultando o acesso a informações consolidadas. Autores como Pérez (2014) e Freitas e Pérez (2014) destacam que a falta de um mapeamento preciso de alunos com AH/SD compromete a aplicação das políticas existentes, enquanto Faveri e Heinzle (2019) apontam a distância entre o que é proposto nos documentos normativos e o que ocorre nas práticas escolares.

Essa constatação dialoga com o que afirma Virgolim (2007), ao mencionar que, em diversos países, as altas habilidades/superdotação ainda são tratadas como um tema secundário dentro das políticas de inclusão, o que também se reflete na realidade brasileira.



Portanto, observa-se que há avanços legais e conceituais, mas persistem lacunas significativas no que diz respeito à implementação e à continuidade das ações voltadas a esse público. A realização deste mapeamento cumpre, assim, o primeiro objetivo da pesquisa, fornecendo subsídios teóricos e práticos para análises futuras sobre as políticas públicas voltadas às Altas Habilidades/Superdotação no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou mapear e analisar produções científicas que tratam das políticas públicas e legislações voltadas às Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD) no Brasil. A partir do levantamento realizado na BDTD, no Portal de Periódicos da CAPES e na Revista de Educação Especial da UFSM, foi possível perceber que ainda há poucas produções sobre o tema, o que mostra a necessidade de ampliar os estudos nessa área.

Os resultados apontam que, mesmo com o avanço das políticas e legislações que garantem o atendimento educacional especializado, ainda existem muitas dificuldades para que essas ações sejam colocadas em prática. Entre os desafios mais recorrentes estão a falta de identificação adequada dos alunos com AH/SD, a ausência de acompanhamento contínuo e a distância entre o que está previsto nas normas e o que realmente acontece nas escolas.

Essas observações reforçam a importância de investir em formação docente e em ações que tornem as políticas mais efetivas. Também evidenciam a necessidade de novas pesquisas que ajudem a compreender melhor esse público e a fortalecer a inclusão educacional.

De forma geral, este estudo contribui ao reunir e organizar informações sobre o cenário atual das políticas públicas para estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, servindo como base para reflexões e futuras investigações sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.



FAVERI, M. T.; HEINZLE, M. R. **Políticas públicas de atendimento às altas habilidades/superdotação: avanços e desafios.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 32, p. 1-18, 2019.

FREEMAN, J. **Giftedness in the long term.** *Journal for the Education of the Gifted*, v. 29, n. 4, p. 384-403, 2006.

FREITAS, S. N.; PÉREZ, S. G. P. B. **Altas habilidades/superdotação no contexto das políticas nacionais de educação especial (1994 e 2008): pontos e contrapontos.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 581-595, set./dez. 2014.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

PÉREZ, S. G. P. B. **Políticas públicas para alunos com altas habilidades/superdotação: incluir ainda é preciso.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 27, n. 48, p. 597-610, 2014.

SANTOS, C. M. C.; PIMENTA, C. A. M.; NOBRE, M. R. C. **A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências.** *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 15, n. 3, p. 508-511, maio/jun. 2007.

VIRGOLIM, A. M. R. **Altas habilidades/superdotação: encorajando potenciais.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

